

**TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇO****1. OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada no gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos da Procuradoria-Geral de Justiça, mediante sistema informatizado via internet e tecnologia de pagamento por meio de sistema informatizado, com tecnologia para uso de cartão magnético ou etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar) e extração de dados, na rede de oficinas, concessionárias e centros automotivos credenciados, visando ao fornecimento de peças originais ou genuínas, componentes, acessórios, entre outros materiais (pneus, óleo de motor, lubrificantes etc.), inclusive transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, serviços mecânicos de toda ordem, como borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofaria, alinhamento, balanceamento, conforme as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

LOTE ÚNICO		
SERVIÇO	VALOR ESTIMADO MÊS (R\$)	VALOR ESTIMADO ANO (R\$)
Material (peças)	70.000,00	840.000,00
Serviços (mão de obra)	37.500,00	450.000,00
Guincho	1.000,00	12.000,00

1.2 O objeto da contratação caracteriza-se como:

- ☒ comum (aquele cujos padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);
- ☐ especial (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser considerado comum, nos termos do conceito acima - art. 6º, XIV, da Lei 14.133/2021).

1.3 O serviço enquadra-se no seguinte tipo:

- ☐ Serviço (escopo, prazo certo e não continuado)
- ☐ Serviço sob demanda contínuo (prazo certo e continuado)
- ☒ Serviço contínuo, com fornecimento de bens e serviços sob demanda.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a contar do dia útil seguinte à disponibilização da súmula no Diário Eletrônico do Ministério Público RS (DEMP).

1.5 A contratação poderá ser prorrogada, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, por se tratar de serviço continuado.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação do serviço de gerenciamento de frota guarda correlação com o princípio da eficiência, facilitando o controle das atividades ligadas ao setor de transporte e, em consequência, otimiza a execução das atividades do órgão contratante, quais sejam: redução de custos, melhor gestão orçamentária, eliminação de burocracia, eliminação do desperdício de tempo no controle efetivo da frota, para atender a demanda de serviços.

2.2 Justifica-se, outrossim, a contratação do serviço, em virtude da necessidade de suprir os veículos pertencentes à frota da Procuradoria-Geral de Justiça das condições necessárias ao bom desempenho das funções atribuídas a esta unidade. A disponibilidade de uma rede de estabelecimentos credenciados que atendam em todas as localidades mencionadas neste termo de referência é imprescindível ao atendimento destas atribuições, assegurando o deslocamento dos veículos em todas as regiões do estado com agilidade, segurança e eficiência.

2.3 Em suma, a contratação visa a promover o gerenciamento informatizado dos veículos da contratante, compreendendo a implantação e a gestão de um sistema tecnológico específico, com metodologia de cadastramento dos veículos, gestores, controle e logística, possibilitando a prestação de serviços nos veículos, bem como a fiscalização financeira e operacional da frota, em caráter contínuo.

## 3. SOLUÇÃO

A solução foi definida em Estudo Técnico Preliminar nº 05/2024/UT, constante do presente procedimento.

## 4. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

### 4.1 Catálogo Eletrônico do Ministério Público:

- ☐ O serviço CONSTA do Catálogo e suas especificações SEGUEM O DETALHAMENTO lá constantes.
- ☐ O serviço CONSTA do Catálogo, mas suas especificações NÃO SEGUEM O DETALHAMENTO lá constante.
- ☒ O serviço NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

## 4.2 Pré-qualificação

- ☒ Não há serviços pré-qualificados.
- ☐ Há serviços pré-qualificados (art. 6º, XLIV e art. 80, § 5º, da Lei nº 14.133/21).

## 4.3 O serviço possui as seguintes especificações:

4.3.1 O controle gerencial da frota será feito através de um sistema tecnológico alimentado via internet, fornecido e implantado pela empresa contratada, constituído em um sistema de gestão integrado a um sistema de pagamento por meio de cartão magnético ou etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar) ou outro sistema informatizado, pelos serviços mencionados no subitem 4.3.2, aos prestadores de serviço credenciados pela Contratada.

4.3.2 O serviço de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda, comporta os seguintes serviços:

- a) serviço de revisão conforme previsão no manual do veículo;
- b) serviço de assistência mecânica preventiva e corretiva;
- c) serviço de assistência e reparos no sistema elétrico;
- d) serviço de chapeação em geral, pintura e funilaria;
- e) serviço de substituição e instalação de peças e acessórios;
- f) serviços de borracharia: alinhamento e balanceamento, serviços de cambagem, caster e convergência, substituição, troca e remendo de pneus, com ou sem fornecimento de insumos e produtos, desempenho de rodas.
- g) serviço de vidraçaria, estofamento, capotaria e tapeçaria.
- h) serviços de guincho disponível 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias da semana.

4.3.3 O processo de implantação do sistema pela empresa compreende as seguintes atividades:

- a) cadastramento dos veículos e dos condutores;
- b) definição da logística da rede de estabelecimentos credenciados;
- c) fornecimento à Procuradoria Geral de Justiça dos dados cadastrais da rede de estabelecimentos credenciados;
- d) treinamento dos gestores;
- e) fornecimento dos cartões ou etiquetas com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar) para os veículos;
- f) fornecimento de senhas para os gestores ou condutores;
- g) emissão de relatórios (formatos .TXT, .XLSX, .PDF e HTML)

## 4.3.4 Cadastramentos dos Veículos e Condutores:

4.3.4.1 A Unidade de Transportes da Procuradoria Geral de Justiça disponibilizará à empresa contratada todas as informações necessárias para o cadastramento dos veículos

e condutores da Instituição, aptos para operar o sistema, em 10 (dez) dias do fornecimento dos arquivos para preenchimento.

4.3.4.2. As informações conterão os seguintes dados pertinentes aos veículos: placa, marca, modelo, cor, chassi, combustível, ano de fabricação, lotação (Unidade e Código de Centro de Custo), capacidade do tanque, autonomia de rodagem Km/l e hodômetro.

4.3.4.3. Nas informações referentes aos possíveis condutores dos veículos, constarão nome, registro funcional e unidade de lotação.

4.3.5. Definição da logística da rede de prestadores de serviços credenciados:

4.3.5.1. A empresa deverá criar e implantar uma rede de prestadores de serviços, capazes de suprir as necessidades da frota existente na Procuradoria Geral de Justiça e os veículos que porventura venham a ser adquiridos durante a vigência do contrato.

4.3.5.2. A contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar a lista de estabelecimentos credenciados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que for notificada da ordem de serviço inicial, ou comprovar que possui estabelecimentos multimarcas credenciados nas cidades abaixo arroladas. A contratada deverá contar, preferencialmente, com 03 (três) cadastrados em cada cidade, ou mais estabelecimentos, não podendo esse quantitativo ser inferior a 02 (dois) estabelecimentos.

- |                    |                          |
|--------------------|--------------------------|
| a) Alegrete        | k) Santa Maria           |
| b) Canoas          | l) Santana do Livramento |
| c) Caxias do Sul   | m) Santo Ângelo          |
| d) Eldorado do Sul | n) São Gabriel           |
| e) Erechim         | o) São Leopoldo          |
| f) Novo Hamburgo   | p) Sapucaia do Sul       |
| g) Osório          | q) Torres                |
| h) Passo Fundo     | r) Tramandaí             |
| i) Pelotas         | s) Uruguaiana            |
| j) Porto Alegre    | t) Vacaria               |

4.3.5.3. O prestador de serviço credenciado não poderá estar sancionado pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre o controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e Secretaria Estadual do Meio Ambiente e deverá ter seu credenciamento cancelado logo após a aplicação da sanção;

4.3.5.4. A rede de estabelecimentos credenciados deverá estar equipada para atender todas as necessidades da contratante e aceitar transações e processos de contingência para finalização da transação, estando apta a efetuar transações através de uma central e solicitar autorizações por telefone. A fiscalização do contrato poderá realizar vistorias para mensurar a capacidade técnica dos estabelecimentos, recusar justificadamente a prestação dos serviços por determinada empresa/oficina, bem como realizar pedidos de credenciamento de outros prestadores de serviços.

4.3.5.4.1 Os veículos que se encontram dentro do prazo de garantia do fabricante deverão ter as manutenções e revisões realizadas nas concessionárias credenciadas da respectiva marca.

4.3.5.5 O consumo médio anual é de aproximadamente:

a) Peças: R\$ 840.000,00

b) Mão de obra: R\$ 450.000,00

c) Guincho: R\$ 12.000,00

4.3.5.6 Entende-se que os valores elencados no item 4.3.5.5 são estimativas e podem variar conforme a necessidade, ao se considerar a idade dos veículos e a curva de manutenção ao longo do tempo. Isso poderá importar no incremento de novos recursos neste contrato através de aditivos nos termos da lei.

4.3.5.7. A prestação de serviço é para os veículos pertencentes e **os que vierem a compor a frota da contratante**, ainda que em período de garantia.

4.3.5.8 A contratante possui aproximadamente 120 veículos oficiais.

	<b>Veículo</b>	<b>Ano</b>	<b>Mod</b>	<b>Tipo Veículo</b>
1	Cobalt LTZ	2018	2019	Passeio
2	Cobalt LTZ	2019	2019	Passeio
3	Cobalt LTZ	2018	2019	Passeio
4	Cruze LTZ	2018	2019	Passeio
5	Cruze LT	2020	2020	Passeio
6	Cruze LTZ	2019	2019	Passeio
7	Cruze LTZ	2019	2019	Passeio
8	Cruze LT	2020	2020	Passeio
9	Cruze LTZ	2018	2019	Passeio
10	Cruze LTZ	2018	2019	Passeio
11	Cruze LTZ	2018	2018	Passeio
12	Cruze LTZ	2018	2018	Passeio
13	Cruze LTZ	2019	2019	Passeio
14	Cruze LTZ	2019	2019	Passeio
15	Cruze LTZ	2021	2021	Passeio
16	Cruze LTZ AT <b>BLINDADO</b>	2018	2018	Passeio
17	Cruze LTZ	2018	2019	Passeio
18	Cruze LTZ	2018	2019	Passeio
19	Cruze LTZ	2018	2019	Passeio
20	Cruze LTZ	2018	2019	Passeio
21	Cruze LTZ	2018	2019	Passeio
22	Cruze Premier	2020	2020	Passeio
23	Dobló	2014	2014	Carga
24	Dobló Essence	2014	2015	Passeio
<b>Veículo</b>	<b>Ano</b>	<b>Mod</b>	<b>Tipo</b>	<b>Veículo</b>

			<b>Veículo</b>	
25	Dobló Essence	2014	2015	Passeio
26	Dobló Essence	2014	2015	Passeio
27	Dobló Essence	2014	2015	Passeio
28	Dobló Essence	2015	2015	Passeio
29	Dobló Essence	2015	2015	Passeio
30	Dobló Essence	2015	2015	Passeio
31	Ducato Cargo	2011	2012	Carga
32	Ducato Minibus	2013	2014	Van
33	Ducato Mista	2010	2010	Carga/Pass
34	Ducato Mista	2010	2010	Carga/Pass
35	Ducato Mista	2010	2010	Carga/Pass
36	Ducato Mista Rontan	2013	2013	Carga/Pass
37	Ducato Mista Rontan	2013	2013	Carga/Pass
38	Duster	2017	2018	SUV
39	Duster	2019	2020	Passeio
40	Duster	2019	2020	Passeio
41	Duster	2019	2020	Passeio
42	Duster	2019	2020	Passeio
43	Duster	2019	2020	Passeio
44	Duster Dyn	2018	2019	Passeio
45	Duster Dyn	2018	2019	Passeio
46	Equinox	2017	2018	SUV
47	Fluence Dyn	2013	2013	Passeio
48	Fluence Dyn	2013	2014	Passeio
49	Fluence Dyn	2013	2014	Passeio
50	Fluence Dyn	2013	2014	Passeio
51	Fluence Dyn	2013	2014	Passeio
52	Fluence Dyn	2013	2014	Passeio
53	Ford Cargo 816	2015	2015	Carga
54	Fusion	2013	2014	Passeio
55	Fusion GDI AWD	2017	2018	Passeio
56	Grand Siena	2013	2014	Passeio
57	Grand Siena	2013	2014	Passeio
58	Grand Siena	2013	2014	Passeio
59	Grand Siena	2013	2014	Passeio
60	Grand Siena	2013	2014	Passeio
61	Grand Siena	2016	2016	Passeio
62	Grand Siena	2016	2017	Passeio
63	HONDA HR-V ELX CVT	2016	2016	SUV
64	Iveco Daily Baú	2014	2014	Carga
65	L 200	2018	2018	4x4
	<b>Veículo</b>	<b>Ano</b>	<b>Mod</b>	<b>Tipo Veículo</b>
66	Linea Essence	2013	2014	Passeio

67	Onix LTZ	2020	2020	Passeio
68	Onix LTZ	2019	2020	Passeio
69	Onix LTZ	2020	2020	Passeio
70	Onix LTZ	2020	2020	Passeio
71	Onix Plus LT	2020	2021	Passeio
72	Onix Plus LT	2021	2021	Passeio
73	Onix Plus LT	2021	2021	Passeio
74	Onix Plus LT	2021	2021	Passeio
75	Onix Plus 10TAT LT1	2023	2024	Passeio
76	Palio Week Adventure	2013	2014	Passeio
77	Palio Week Treeking	2012	2012	Passeio
78	Palio Week Treeking	2012	2012	Passeio
79	Master Furgão	2021	2022	Carga
80	Master Furgão	2021	2022	Carga
81	Master Furgão	2018	2019	Carga
82	Master Mista	2019	2020	Carga
83	Master	2013	2014	Van
84	Master	2014	2015	Van
85	S-10 LS	2014	2014	4x4
86	S-10 LT	2021	2021	4x4
87	S-10 LT	2021	2021	4x4
88	S-10 LTZ	2018	2019	Passeio
89	S-10 LTZ	2019	2020	4x4
90	S-10 Rodeio	2010	2011	4x4
91	Sentra	2017	2018	Passeio
92	Spin LTZ	2018	2019	Passeio
93	Spin LTZ	2018	2019	Passeio
94	Spin LTZ	2018	2019	Passeio
95	Spin LTZ	2018	2019	Passeio
96	Spin LTZ	2018	2019	Passeio
97	Spin LTZ	2018	2019	Passeio
98	Spin LTZ	2018	2019	Passeio
99	Spin Premier	2019	2020	Passeio
100	Spin Premier	2019	2020	Passeio
101	Spin Premier	2021	2021	Passeio
102	Spin Premier	2021	2021	Passeio
103	SPORTAGE EX 2	2012	2012	SUV
104	Tracker T LT	2020	2021	Passeio
105	Tracker T LT	2020	2021	Passeio
106	Tracker T LT	2020	2021	Passeio
107	Tracker T LT	2020	2021	Passeio
<b>Veículo</b>		<b>Ano</b>	<b>Mod</b>	<b>Tipo Veículo</b>
108	Tracker T LT	2023	2024	Passeio
109	Tracker T LT	2023	2024	Passeio

110	Volare V8 (20)	2008	2008	Van
111	Volvo B12	1995	1995	Promotoria
112	Honda Civic	2017	2017	Passeio
113	Jeep Compass	2019	2020	SUV
114	Toyota Corolla Cross	2022	2023	SUV
115	Troller T4 XLT 3.2	2018	2019	4x4
116	Jeep Commander OVR TD	2024	2025	4x4
117	S-10 LS	2021	2022	4x4
118	S-10 LS	2021	2022	4x4
119	S-10 LS	2021	2022	4x4
120	Iveco/Tector 170E28	2019	2020	Carga

4.3.5.9 A plataforma contratada deverá conceder acesso aos sistemas Audatex, Tempario e Cilia para realização do controle de preços praticados pelos estabelecimentos credenciados.

#### 4.3.6. Preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;

4.3.6.1 A Contratada deverá fornecer os equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pela empresa, os quais deverão ser disponibilizados sem qualquer ônus à contratante, no entanto será aceito sistema totalmente online (aqueles que dispensam, para seu uso, a instalação de qualquer software ou equipamento), desde que atenda às especificações do Edital;

4.3.6.2 O software a ser fornecido deverá compreender, de forma integrada, plataforma de software de gestão, equipamentos periféricos (quando aplicáveis) e dispositivos de autenticação baseados em cartões ou etiquetas com tecnologia RFID, NFC ou tecnologia equivalente, todos disponibilizados pela contratada. Estes componentes deverão ser tecnicamente aptos a realizar o registro automatizado e informatizado de todas as operações efetuadas no âmbito da gestão da frota, incluindo, obrigatoriamente, os dados de data, hora, tipo de operação, identificação do veículo e do condutor. Os registros gerados deverão ser disponibilizados para consulta em tempo real por meio de ambiente web, com acesso autenticado, e integrados automaticamente ao sistema de gestão de frota da Procuradoria-Geral de Justiça, sem a necessidade de intervenções manuais. A solução deverá possibilitar a geração dinâmica e parametrizada de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais, permitindo ampla visibilidade e controle sobre os gastos, consumo específico por veículo, utilização por condutor e identificação de desvios em relação aos parâmetros operacionais predefinidos, considerando as características técnicas e operacionais de cada veículo. Tais funcionalidades deverão garantir rastreabilidade das operações, transparência nas informações registradas e suporte efetivo à tomada de decisão gerencial, promovendo o aprimoramento contínuo da gestão da frota institucional;

4.3.6.3. O sistema *on-line* deverá ser capaz de cancelar imediatamente os cartões ou etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar), em casos de perda ou extravio.



4.3.6.4 A empresa contratada deverá disponibilizar acesso ao software ou plataforma web de gestão dos serviços realizados aos gestores do contrato em níveis compatíveis a gerentes da frota de veículos.

4.3.6.5 A rede credenciada apresentada pela contratada deverá praticar preço no mercado à vista, tanto para as horas técnicas empregadas nos serviços bem como para as peças adquiridas, sem qualquer acréscimo de taxas pela utilização do cartão ou sistema informatizado, tendo como limite máximo os preços praticados, à vista, nos sistemas de orçamentação elencados no item 4.3.5.9. A contratante pagará o menor preço à vista proposto pelas credenciadas para execução do orçamento ofertado.

4.3.6.6 O sistema deve permitir identificar estabelecimentos nas regiões por onde circulam os veículos.

4.3.6.7. O Sistema tecnológico deverá viabilizar o pagamento dos serviços utilizados, através do uso do cartão magnético, mediante senha de uso pessoal do condutor ou autorização do gestor.

4.3.6.8 Os dados, provenientes do sistema, deverão ser transmitidos individualmente ou em lote, conforme solicitação da Procuradoria Geral de Justiça.

4.3.6.9. A Procuradoria Geral de Justiça deverá estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Software de Gestão de Manutenção a cada Unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.

4.3.6.10. Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões ou etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar) dos veículos e da ocorrência de situações adversas como falta de energia elétrica, a Contratada deverá possuir procedimento contingencial, através de serviços de atendimento ao cliente. Este procedimento deve consistir na obtenção, por telefone, por parte da rede credenciada, do número da autorização de prestação do serviço, a ser transcrito para formulário da Contratada, visando garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão dos serviços e não comprometer a continuidade das atividades operacionais do Contrato 24h (vinte e quatro) horas todos os dias do ano.

4.3.6.11. A empresa deverá disponibilizar número de atendimento telefônico.

#### 4.3.7. Treinamento dos condutores e gestores;

4.3.7.1 A Contratada deverá disponibilizar, sem ônus para o Contratante, programa de capacitação para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do Sistema, incluindo:

- a) Operações de cadastramento, parametrização dos cartões ou etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar) e limite de crédito;
- b) Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e emissão de relatórios;
- c) Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las;
- d) Aplicação prática do Sistema;
- e) Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

#### 4.3.8. Fornecimento dos cartões ou etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar) para os veículos

4.3.8.1 O sistema deverá prever o fornecimento de 01 (um) cartão ou etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar) para cada veículo da frota e 05 (cinco) cartões ou etiquetas com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar) não vinculados, o qual permanecerá em poder do gestor do contrato. O prazo para entrega dos cartões será de 30 dias contados a partir do cadastro dos veículos no sistema.

4.3.8.2. A distribuição dos cartões ou etiquetas com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar) será gratuita, inclusive no caso de emissão de 2ª via, em razão de necessidade técnica ou desgaste do material. Será admitida a cobrança de, no máximo, R\$ 10,00 (dez reais) por unidade, para os casos de perda ou extravio, as substituições ou fornecimentos de novos cartões ou etiquetas deverá ocorrer em no máximo 10 (dez) dias.

4.3.8.3 A contratada deverá substituir os cartões magnéticos ou etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar) que tenham perdido a validade e/ou apresentem defeitos que impeçam a sua utilização em no máximo 10 (dez) dias corridos após a solicitação, sem qualquer ônus adicional.

#### 4.3.9. Fornecimento de senhas para os condutores

4.3.9.1 Cada condutor receberá uma senha pessoal e deverá ter sua identificação validada durante a execução de qualquer operação realizada na rede de serviços credenciada pela empresa, de forma a garantir a segurança nas operações.

#### 4.3.10. Emissão de Relatórios

4.3.10.1 O sistema deverá emitir comprovante da transação, contendo as seguintes informações, independentemente da solicitação do condutor:

- a) Identificação do prestador de serviço com nome e endereço;
- b) Identificação do veículo e placa;
- c) Identificação do condutor;
- d) Marcação do hodômetro do veículo;
- e) Tipo de serviço utilizado;
- f) Data e hora da transação;
- g) Valor unitário e total da operação.

4.3.10.2 A empresa deverá fornecer relatório, ao final de cada mês, para alicerçar o recebimento provisório dos serviços prestados, que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

- a) Relação dos veículos por placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação, base da unidade administrativa;
- b) Histórico das operações realizadas por veículo, contendo: data, hora, identificação do estabelecimento, do condutor, veículo, placa, hodômetro no momento da operação, serviço utilizado;
- c) Quilometragem percorrida por veículo;
- d) Histórico das operações realizadas por condutor;
- e) Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- f) Despesas realizadas (acompanhadas das notas fiscais apresentadas pelas credenciadas);
- g) Quantidade de horas técnicas utilizadas.

4.3.10.3. Os relatórios serão eventualmente requeridos na medida das necessidades da Procuradoria Geral de Justiça e deverão ser expedidos em até 24 horas após requerimento.

#### 4.3.11 Fluxo e controle dos serviços:

4.3.11.1 O fluxo de encaminhamento dos pedidos de manutenção/revisão e/ou conserto dos veículos se dará da seguinte forma:

4.3.11.2 A cada necessidade de manutenção ou conserto, o fiscal do contrato ou outro representante do contratante apresentará o veículo na oficina credenciada, relatando o serviço a ser realizado;

4.3.11.3 O Contratante ou estabelecimento credenciado abrirá, através do sistema web, pedido contendo a placa do veículo, marca/modelo e ano do veículo, data da emissão, hora e quilometragem de entrada, bem como a matrícula do servidor que entregou o veículo e os serviços/defeitos relatados;

4.3.11.4 A credenciada fornecerá ao usuário do serviço comprovante de entrega do veículo, constando a identificação do responsável pelo seu recebimento, data, breve

relato das avarias preexistentes, bem como pertences e equipamentos que acompanharão o veículo;

4.3.11.5 A credenciada emitirá, via sistema, orçamento inicial detalhado dos serviços (mão de obra) e peças necessários, do prazo estabelecido para o conserto ou manutenção/revisão, com a devida descrição do(s) veículo(s) envolvido(s) (marca/modelo/ano/quantidade);

4.3.11.6 A equipe de apoio a fiscalização do contrato terá o prazo de 3 (três) dias para aprovar no sistema os serviços e peças assinalados no primeiro orçamento elaborado, podendo recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente. A contratada e sua rede credenciada se compromete a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte, tendo a oficina credenciada o prazo máximo de 12 (doze) horas, contados da manifestação da equipe de apoio, para refazer ou corrigir a orçamentação;

4.3.11.7 Após a elaboração do orçamento inicial, o sistema contratado deverá, de forma automática e com base nos serviços e peças previamente aprovados pela equipe de apoio da contratante, enviar solicitações de orçamento para as oficinas credenciadas na localidade onde se pretende executar o serviço, com o objetivo de promover a comparação de preços e assegurar a vantajosidade da contratação;

4.3.11.8 O sistema deverá apresentar, preferencialmente, 3 (três) orçamentos de peças e/ou serviços junto à rede de lojas e oficinas credenciadas, no prazo máximo de:

- a) 3 (três) horas para os orçamentos cujo valor total não supere 10% do limite estabelecido para as despesas de pronto pagamento, nos termos do inciso II do §1º do art. 95 da Lei nº 14.133/20213;
- b) 6 (seis) horas para os orçamentos cujo valor total não supere 15% do limite estabelecido para as despesas de pronto pagamento, nos termos do inciso II do §1º do art. 95 da Lei nº 14.133/20213;
- c) 12 (doze) horas para os orçamentos cujo valor total não supere 20% do limite estabelecido para as despesas de pronto pagamento, nos termos do inciso II do §1º do art. 95 da Lei nº 14.133/20213;
- d) 24 (vinte quatro) horas para os orçamentos cujo valor total não supere 25% do limite estabelecido para as despesas de pronto pagamento, nos termos do inciso II do §1º do art. 95 da Lei nº 14.133/20213;
- e) 30 (trinta) horas para os orçamentos cujo valor total supere 25% do limite estabelecido para as despesas de pronto pagamento, nos termos do inciso II do §1º do art. 95 da Lei nº 14.133/20213;

4.3.11.9 Excepcionalmente, caso os orçamentos apresentados pelas empresas credenciadas sejam superiores aos valores de referência estabelecidos nos sistemas de orçamentação elencados no item 4.3.5.9, a contratada deverá realizar negociação com as lojas e oficinas de sua rede, apresentando, no prazo máximo de 5 dias úteis, contados da manifestação da equipe de apoio do contrato, ao menos um orçamento válido;

4.3.11.9.1 Em nenhuma hipótese, os valores cobrados (para os serviços prestados ou peças utilizadas) podem ser superiores aos preços praticados pelas concessionárias oficiais do veículo envolvido.

4.3.11.10 Dentre os orçamentos apresentados será dada preferência à opção mais vantajosa para o contratante em termos de custo/benefício; quando não adotado o orçamento de menor preço, deverá ser justificada a escolha do orçamento de maior valor;

4.3.11.10.1 Caso a melhor oferta não tenha sido realizada pela oficina que realizou o orçamento inicial, dar-se-á a oportunidade para somente esta credenciada para que realize uma nova proposta mais vantajosa para a contratante, essa condição será dada, considerando que esta oficina já teve um custo inicial disponibilizando um mecânico para avaliar o veículo;

4.3.11.10.2 Caso houver necessidade de reparos de urgência por circunstâncias operacionais da contratante, poderá a fiscalização, mediante devida justificativa registrada na respectiva ordem de serviço, autorizar a execução dos serviços na oficina que tenha condições de executá-lo de modo mais célere, mesmo que esta não tenha apresentado o orçamento mais vantajoso, respeitando-se como valor máximo os parâmetros elencados nos sistemas constantes no item 4.3.5.9.

4.3.11.11 A equipe de apoio do contrato autorizará a execução de serviço através da plataforma, mediante o uso de senha pessoal e intransferível, declarando eletronicamente a proposta escolhida e sua conformidade com as necessidades apuradas, os valores de mercado e o interesse público subjacente;

4.3.11.12 A oficina executará apenas os serviços e fornecimentos autorizados pelo contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para manutenções e revisões, e no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para consertos.

4.3.11.13 Excepcionalmente, os prazos constantes do fluxo de tramitação do pedido de manutenção/conserto poderão ser prorrogados, mediante justificativa a partir das peculiaridades do caso concreto;

4.3.11.14 Na hipótese de o melhor orçamento apresentado ser de oficina diversa daquela na qual o veículo foi inicialmente alocado, o deslocamento necessário se dará sob responsabilidade da contratante;

4.3.11.15 Concluída a prestação do serviço, a empresa credenciada deverá incluir no sistema as imagens das peças substituídas x peças novas e dos serviços realizados dentro da ordem de serviço aprovada.

#### 4.4. Critérios e práticas de sustentabilidade (vinculados às características do objeto):

- ☒ Foram adotados
- ☐ Não foram adotados

4.4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.4.2. Adotem práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização na execução do objeto contratado;

4.4.3. Observem as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos estabelecidos na Lei n.º 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos – e na Resolução n.º 307, de 05/07 /2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;

4.4.4. Adotem prática de descarte correto do óleo contaminado utilizado em seu negócio, combustíveis e descarte de embalagens de óleos lubrificantes pós-consumo, e demais assuntos relacionados ao objeto da contratação, conforme Resolução n.º 362, de 23/06/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;

4.4.5. Deem preferência ao uso de equipamentos, ferramentas e peças novas que estejam adequadas às necessidades do mercado e à sustentabilidade;

4.4.6. Tenham contenções preparadas para o caso de vazamento de óleo ou qualquer outro líquido perigoso, bem como utilizem de alternativas visando à busca por práticas sustentáveis;

4.4.7. Utilizem materiais e peças que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI), cádmio (Cd), bifenilpolibromados(PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1 Exigências legais

☒ Foram verificadas e não existem para o objeto.

☐ Há exigências legais.

### 5.2 Garantia de execução do contrato

☐ Não haverá exigência de prestação de garantia, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

- Será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme regras previstas no contrato, computado sobre o valor anual do contrato.

5.2.1 A garantia será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 98 da Lei 14.133/2021.

5.2.1.1. Em caso de prorrogações do contrato a vigência superior a 1 (um) ano, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação da garantia, nos termos do parágrafo único do art. 98 da Lei 14.133/2021.

5.2.2 Quaisquer das modalidades de garantia que a contratada optar deverão ser apresentadas antes da assinatura do contrato, devendo ser apresentadas no prazo de 1 mês a contar da homologação da licitação.

5.2.2 A garantia, dentre outras regras constantes do contrato, assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

5.2.3 A modalidade seguro-garantia e a carta-fiança somente serão aceitas se contemplarem todos os eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.

5.3 Outros documentos que antecedem o início da prestação dos serviços (a exemplo de ARTs, listagem de funcionários etc.):

- Não existem outros documentos necessários à execução do serviço
- Existem outros documentos necessários à execução do serviço.

#### 5.4 Programa de Integridade

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

## 6. EXECUÇÃO DO OBJETO

### 6.1 Prova de material decorrente da prestação do serviço:

- ☒ Não há prova de material/produto a ser entregue
- ☐ Sim

### 6.2 Haverá emissão de ordem de serviço nos seguintes termos:

- ☒ Uma ordem de serviço para todo o contrato em relação à implantação do sistema informatizado, bem como a formulação de pedidos individualizados para as manutenções preventivas e/ou corretivas, sob demanda, via sistema.
- ☐ Várias ordens de serviço, sob demanda, durante a execução do contrato

### 6.3 Prazo de prestação dos serviços

6.3.1 A contratada deverá, no prazo de 5 (cinco) corridos, a da vigência do contrato, disponibilizar à Unidade de Transportes os documentos digitais para preenchimento, em que conste todas as informações necessárias de que precisam para o cadastramento de veículos e condutores da Instituição.

6.3.2 A Unidade de Transportes da Procuradoria Geral de Justiça disponibilizará à CONTRATADA os documentos digitais de que trata o item 6.3.1 devidamente preenchidos no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do seu recebimento.

6.3.3. A empresa deverá implantar o sistema em todas as bases operacionais no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega do item 6.3.2 pela contratante. Neste período, o cadastro de veículos e condutores, a disponibilização de *softwares*, periféricos e cartões ou etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar) deverão estar finalizados para início da prestação dos serviços de gerenciamento.

6.3.4 Dentro do prazo do item 6.3.3, de forma concomitante ou não, a contratada deverá treinar a equipe da Contratante que operacionalizará o sistema.

Tabela de prazos para implantação		
Tópico	Prazo	Ação
1	Até cinco dias a contar da vigência do contrato.	Contratada disponibiliza à UT documentos digitais para preenchimento, contendo informações necessárias para o cadastramento de veículos e condutores da Instituição.
2	Até 10 dias a contar da conclusão do tópico 1.	UT disponibiliza à contratada os documentos digitais devidamente preenchidos.
3	Até 30 dias a contar da conclusão do tópico 2.	Contratada implanta o sistema e treina a equipe da contratante.



6.3.5. O credenciamento de novos estabelecimentos, conforme a necessidade da Procuradoria Geral de Justiça, deverá ser efetivado pela empresa no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da solicitação, que será feita por e-mail da Unidade de Transportes do MPRS.

6.3.6. Eventuais alterações ou mudanças nos estabelecimentos credenciados devem ser comunicadas imediatamente ao Contratante, via sistema.

6.3.7. A recuperação e o processamento das informações relativos às operações realizadas por cada um dos veículos deverão ser automáticos, quando do retorno dos veículos à base da Unidade.

6.4 Local de prestação dos serviços: Os locais de prestação de serviços estão detalhados no item 4.3.5.2, que se trata da estrutura mínima que a contratada deve possuir no início do contrato.

6.5 Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas.

6.5.1 Caso não estejam de acordo com o exigido, a contratada será notificada para, no prazo de 15 dias, solucionar os problemas apontados.

6.6 Avaliação de Resultados por meio de critérios específicos

☒ Não.

☐ Sim.

6.7 Recebimento:

6.7.1 Haverá recebimento dos serviços conforme abaixo detalhado:

a) o recebimento provisório se dará com a entrega do relatório, pela contratada, previsto no item 4.3.10.2, para conferência do fiscal;

b) o recebimento definitivo se dará pelo gestor do contrato após análise do relatório mensal, conferência dos serviços prestados e atendimento das exigências contratuais, em até 5 (cinco) dias do recebimento provisório.

#### 6.8 Subcontratação:

É vedada a subcontratação.

## 6.9 Garantia do serviço

6.9.1 O prazo de garantia é o estabelecido na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor): 30 dias para serviços não duráveis e 90 dias para serviços duráveis.

6.9.2 Não havendo qualquer manifestação da contratada no prazo, a contratante providenciará, por outros meios, o conserto e/ou realização do serviço e cobrará o valor da empresa contratada.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

7.1 A prestação do serviço será formalizada:

☐ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato

☒ Contrato

7.2 As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3 As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 A execução do contrato será coordenada pelo Gestor do contrato (ou, na falta deste, por seu substituto), bem como acompanhada e fiscalizada pelo fiscal (ou seu substituto).

### 7.4.1 Responsáveis pela Gestão e Fiscalização:

- a) Gestor: José Adriano Ribeiro D'Avila, e-mail [transporte@mprs.mp.br](mailto:transporte@mprs.mp.br), telefone: 51-3295-2030.
- b) Gestor substituto: Mario Airtton Garcia Menna, e-mail [transporte@mprs.mp.br](mailto:transporte@mprs.mp.br), telefone: 51-3295-2030.
- c) Fiscal: Carlos Eugênio Ramos Fernandes, e-mail [transporte@mprs.mp.br](mailto:transporte@mprs.mp.br), telefone: 51-3295-2030.
- d) Fiscal substituto: Marlon Gonçalves Zilli, e-mail [transporte@mprs.mp.br](mailto:transporte@mprs.mp.br), telefone: 51-3295-2030.

7.4.2 O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4.3. Após a assinatura do contrato, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando a apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.4.4 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- b) anotar no procedimento, à medida que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, determinando prazo para a correção;
- d) comunicará o gestor do contato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

7.4.5 Outras rotinas específicas relacionadas à execução contratual:

☐ Não

☒ Sim

a) A contratada deve adotar sistema de segurança que impeça a utilização de serviços de outros veículos que não sejam autorizados pelo Contratante, permitindo o controle sobre todas as operações. Para tanto, deverá atentar para as seguintes garantias e exigências mínimas:

I - O uso do cartão ou etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar) para qualquer operação somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário ou autorização do gestor no ambiente web;

II - O Contratante poderá solicitar, ao Contratado, o bloqueio do cartão ou etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar) do veículo,

que deverá ser feito on-line a partir da base operacional da unidade gestora.

III - O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/substituição de senha em tempo real para gerenciamento, acompanhamento e ações proativas por parte da Procuradoria Geral de Justiça.

b) A contratada deverá bloquear, preventivamente, a efetivação da operação de pagamento do serviço executado em caso de divergência de hodômetro, matrícula/senha incorreta, mesmo veículo em intervalos de tempo inferiores a 3 (três) horas para o mesmo serviço.

c) A contratada deverá proceder com o cancelamento do cartão ou etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar), se assim for solicitado pela Unidade de Transportes, pelo gestor do contrato ou por servidor designado ou credenciado para esse fim.

d) Havendo perda, furto ou roubo do cartão magnético ou etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar), a Contratante deverá comunicar o fato à Contratada em até 8 (oito) horas, sob pena de não haver reembolso do valor da transação.

#### 7.5 Obrigações gerais do contratado:

a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;

b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;

- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato (não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante), inclusive aos decorrentes de serviços prestados ou peças fornecidas com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo depois do vencimento do contrato, ressalvada a hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados;
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e e-mail, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- i) indicar preposto do serviço, aceito pela Administração;
- j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- k) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou

parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

p) a contratada deverá quitar os valores junto aos estabelecimentos credenciados em até 45 (quarenta e cinco) dias após a aprovação final do serviço, na plataforma da contratada, efetuada pelo representante da contratante.

q) não aplicar a taxa administrativa aos estabelecimentos credenciados superior a Taxa Administrativa ao Credenciado – TXCred, apresentada após a fase de lances. Para fins de comprovação, o fiscal solicitará os relatórios de repasses aos estabelecimentos credenciados.

## 7.6 Sanções:

7.6.1. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

- a) em caso de não cumprimento, haverá multa por atraso: 0,5% sobre a parcela inadimplida por dia de atraso, no máximo de 20 dias;
- b) advertência
- c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

#### 7.6.2 Sanções específicas

- ☒ Não
- ☐ Sim.

7.6.3 A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

### 8. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Avaliação de Resultados por meio de critérios específicos:

Não haverá avaliação da execução por instrumento de medição de resultado (IMR).

8.2 Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

- ☒ Não
- ☐ Sim.

8.3 O documento fiscal deverá ser apresentado:

- ☐ Mensalmente, no mês subsequente à prestação dos serviços
- ☒ Após o recebimento definitivo
- ☐ Misto

8.3.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.3.2 A Nota fiscal deverá ser enviada:

- a) Aos cuidados de: Unidade de Transportes
- b) Endereço de e-mail: transporte@mprs.mp.br
- c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: 51 3295-2030.

8.3.3 A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

8.3.4 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do



estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

8.3.5 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3.6 O faturamento será baseado na utilização da rede credenciada por parte da contratante, com a aplicação da Taxa Administrativa ao Contratante – (TXCont), sobre o total faturado no mês de competência da nota.

8.3.7 A emissão do documento fiscal deverá ser emitida conforme a natureza da despesa:

- a) reembolso de fornecimentos de peças e materiais;
- b) reembolso de serviços de manutenção e reparos;
- c) reembolso de serviços de guincho;
- d) remuneração ou desconto proveniente da taxa administrativa ao contratante, que consta na proposta final após a fase de lances.

8.4 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização da nota fiscal.

8.5 Sendo o caso de pagamento pro rata die, será adotado o mês comercial (30 dias).

8.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.7 Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.8 O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.

8.9 As taxas administrativas ofertadas não poderão ser reajustadas.

TXCont à Taxa Administrativa ao Contratante (%)

### **TXCred à Taxa Administrativa ao Credenciado (%)**

8.9.1 Os valores estimados da contratação serão atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado nos últimos 12 meses, a partir da renovação do contrato.

8.9.2 A empresa é a única responsável pelo pagamento aos estabelecimentos credenciados, pelo valor efetivamente consumido, ficando claro que a Procuradoria Geral de Justiça não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

8.9.3 O serviço ocorrerá de forma contínua. No entanto, as manutenções realizadas nos estabelecimentos credenciados da rede, ocorrerão por demanda não havendo previsão de pagamento de taxas caso não haja a sua utilização.

## **9. PROTEÇÃO DE DADOS**

- ☐ O objeto do contrato não envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa não atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).
- ☒ O objeto do contrato envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).

## **10. SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **10.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

#### **10.1.1 Critério de julgamento**

- ☒ Menor taxa administrativa global

A taxa administrativa global será o resultado da soma da taxa administrativa cobrada da contratante mais a taxa cobrada dos estabelecimentos credenciados, conforme exemplificação abaixo:

$$(TXCont)\% + (TXCred)\% = TXG\%$$

TXCont à Taxa Administrativa ao Contratante (%)

TXCred à Taxa Administrativa ao Credenciado (%)

**TXG à Taxa Administrativa Global (%)**

a) **Será declarado vencedor o licitante que apresentar a menor Taxa Administrativa Global (TXG%).**

a.1) **Além da taxa global, deverão ser informadas, de forma discriminada na proposta, as taxas unitárias correspondentes à TXCont% (taxa ao Contratante) e à TXCred% (taxa ao Credenciado), em campos distintos, para fins de conferência e verificação da composição da proposta.**

b) **Os licitantes poderão apresentar Taxas Administrativas da Contratada (TXCont%) negativas, desde que essa prática não comprometa a viabilidade da execução contratual. Recomenda-se cautela na composição das taxas, especialmente quanto à sustentabilidade econômica da proposta e, consequentemente, comprometimento da execução do contrato.**

☐ Menor taxa administrativa unitária

#### 10.1.2 Parcelamento do Objeto

☐ Há parcelamento do objeto.

☒ Não há parcelamento do objeto por se tratar de um serviço contínuo, pois implementaremos a contratação de serviços de gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, mediante sistema informatizado via internet (plataforma) que deverá funcionar de forma ininterrupta.

#### 10.2 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021)

☒ O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06

☐ O tratamento diferenciado observa regra de mercado ou exceção legal:

- ☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
  - ☐ o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- ☐ tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

### 10.3 EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA

#### 10.3.1 Carta de Solidariedade

- ☒ Não será exigida Carta de Solidariedade
- ☐ Será exigida carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor)

#### 10.3.2 Laudos e Declarações

- ☒ Não serão exigidos laudos e declarações.
- ☐ Serão exigidos laudos e declarações.

### 10.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

#### 10.4.1 Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

- ☐ Profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação
- ☒ Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios.

a) A licitante deverá comprovar a aptidão para prestar serviços objeto desta licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica-operacional, cópia(s) de contrato(s), declaração(ões) ou outro(s) documento(s) idôneo(s), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m):

a.1) A prestação de serviços realizados, por no mínimo 12 (doze) meses, ininterruptos, o gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva de frota, mediante sistema informatizado via internet, com tecnologia de pagamento informatizado, em rede de oficinas, concessionárias e centros automotivos credenciados”, comprovante o atendimento de, no mínimo, 65 (sessenta e cinco) veículos, até a data da sessão pública de abertura da licitação.

a.2) Os quantitativos exigidos equivalem a 50% (cinquenta por cento) da atual frota desta Administração, conforme art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

a.3) Será admitido o somatório de atestados, desde que eventuais períodos concomitantes sejam computados uma única vez.

a.4) O(s) documento(s) apresentado(s) deverá(ão) conter, de forma clara, o nome, endereço, telefone de contato, e-mail do(s) emitente(s) ou qualquer outro dado que permita à Administração entrar em contato com o declarante para fins de eventual verificação da veracidade das informações.

- ☐ Visita técnica ou vistoria.
- ☐ Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- ☐ Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial.
- ☐ Registro ou inscrição na entidade profissional competente.
- ☒ Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

#### 10.4.2 Qualificação técnica do subcontratado

- ☒ Não haverá
- ☐ Haverá:

### 10.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- ☐ Não haverá
- ☒ Comprovação de que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a até 10% do valor da proposta final apresentada pela licitante.
- ☐ Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro mínimo de R\$

### 10.6 CONSÓRCIO

- ☒ Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Há indicativos técnicos para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Não se aplica (apenas para contratações diretas).

## 11. VALOR ESTIMADO DA TAXA

- ☒ O percentual estimado de desconto, a ser aplicado sobre o valor de cada serviço (mão-de-obra) executado, incluindo o valor referente ao fornecimento de peça, é de 0,74% (zero vírgula setenta e quatro por cento), sendo fixo e irrevogável.
- ☐ Custo estimado deverá ter caráter sigiloso (tornar-se-á público após o julgamento das propostas).

## 12. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DAS PROPOSTAS

### 12.1 Histórico de Utilização e Estimativa de Quantitativos

- a) Com o intuito de fornecer às licitantes informações mais precisas sobre a realidade da contratação, realizou-se o levantamento do histórico de utilização dos últimos 12 meses:

PERÍODO DE UTILIZAÇÃO 2024	PEÇAS	MÃO DE OBRA	GUINCHO
VALORES GASTOS	R\$ 765.042,34	R\$ 337.250,30	R\$ -

- b) A contratação vigente possui características similares ao objeto ora licitado, as demais informações da contratação atual podem ser buscadas

pesquisando pelo contrato 166/2019 no seguinte endereço:

[https://transparencia.mprs.mp.br/licitacoes\\_contratos/contratos/](https://transparencia.mprs.mp.br/licitacoes_contratos/contratos/)